

O Mercosul e suas conseqüências: um guia elementar sobre a integração no Cone Sul

*Nuno de Figueiredo Pinto**

1 - Determinações históricas e a lógica da integração

As circunstâncias históricas vividas pelo Brasil e pela Argentina (e, em certa medida, pelo Uruguai e pelo Paraguai) ao longo dos últimos dois séculos certamente não fariam prever que viesse a se constituir um bloco econômico estável no Cone Sul deste continente e, muito menos, que os seus principais integrantes pudessem partilhar interesses estratégicos comuns na cena internacional.

A razão da divergência histórica e quase insolúvel tem a ver, obviamente, com a evolução desses países ao longo do século XX. De um lado, a experiência de relativo sucesso do Brasil, um país que, partindo de condições iniciais extremamente desfavoráveis — sob o peso do determinismo geográfico e marcado pelo estigma da escravidão —, conseguiu sustentar, não obstante, uma trajetória de convergência em relação ao que acabou se constituindo no mundo civilizado do século XIX (leia-se Europa Ocidental e Estados Unidos). De outro, Argentina e Uruguai, dois países culturalmente mais sofisticados do que o Brasil, mas que, todavia, não foram politicamente capazes de, solidariamente, transformar o sucesso econômico inicial, trazido pela combinação de imigração com recursos naturais abundantes, em uma sociedade coesa e dinamicamente progressiva, com uma base industrial sólida. Nesse sentido, Jorge Luiz Borges lamentava que os argentinos não conseguiam ser cidadãos, comportando-se sempre como indivíduos isolados.

* Chefe da Assessoria Econômica da FIERGS e Professor do Departamento de Economia da UFRGS.

É fácil de entender que o fenômeno da não-convergência experimentada por argentinos e uruguaios no pós-guerra em relação aos países industriais desenvolvidos — e expressa na queda de mais de 10% da renda *per capita* dos mesmos no período 1970-95 —¹ acabasse produzindo intensas frustrações nacionais, criando, com isso, um ambiente propício à proliferação da desesperança e do rancor social. O desaguadouro dessas frustrações expressou-se, internamente, nas respectivas guerras civis dos anos 70 e, externamente, no nacionalismo e na confrontação geopolítica com o vizinho maior e mais bem-sucedido.

A par das circunstâncias históricas desfavoráveis, há que se referir o fato de que a integração econômica entre nações ou regiões é sempre um processo intensamente problemático: um projeto social que vai de encontro à razão prática do cotidiano. Integrar-se significa, a par da perda de graus de liberdade no âmbito das políticas econômicas internas, abrir mão dos setores produtivos (e estamentos profissionais) menos produtivos e mais tradicionais. Estes últimos, como as experiências históricas ensinam, são aqueles que invariavelmente abrigam os interesses mais reacionários, não tendo alternativa para a manutenção de sua sobrevivência, em um contexto de mudança, senão o emprego de recursos socialmente escassos em atividades de *rent-seeking*, em busca da proteção estatal.

De fato, Jagdish Bhagwati relata-nos² a existência de não menos do que 134 acordos preferenciais de comércio (envolvendo áreas de livre-comércio e uniões aduaneiras), registrados no Acordo Geral para Tarifas e Comércio (GATT) e na Organização Mundial do Comércio (OMC) até 1995. Do conjunto de tais iniciativas, alcançou sucesso, obviamente, um número muito reduzido. Dentre elas, temos que excluir da lista as experiências cuja motivação essencial estivera, entretanto, no plano político, como foram os casos da consolidação forçada do espaço econômico dos Estados Unidos após a Guerra da Secessão e da unificação alemã com Bismarck no século XIX.

As iniciativas que obtiveram êxito e cujo propósito primeiro consistia em colher os frutos da ampliação do mercado podemos contar nos dedos de uma mão: basicamente, a União Européia, o Mercosul e o NAFTA; em um plano muito mais limitado, poderíamos também considerar os casos da EFTA (reunindo inicialmente a Grã-Bretanha, a Áustria, a Suíça e a Noruega) e da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) dos países da Ásia, embora estes nunca tenham superado o estágio inicial.

¹ Ver a respeito o livro de Gylfason Thorvaldur (1999).

² Conforme tabela contida no artigo **Preferential Trading Areas and Multilateralism — Strangers, Friends or Foes?**, em Bhagwati (1999).

Que fatores determinaram, no caso do Mercosul, a superação inicial da animosidade do preconceito recíproco entre as nações envolvidas, especialmente no que diz respeito ao Brasil e à Argentina? Quais as razões que levaram, posteriormente, ao relativo sucesso na implementação do bloco econômico em questão? Parece claro que as experiências sociais que redundaram em estrondoso fracasso — como o episódio da Guerra das Malvinas, o êxodo da população uruguaia para fora do seu país e a estagnação da economia brasileira nas décadas de 80 e 90 — ensinaram lições de humildade às respectivas comunidades nacionais, possibilitando o milagre da passagem de uma situação de conflito virtualmente insolúvel para uma atitude de crescente cooperação.

2 - Das proposições teóricas para a confirmação prática

Diante das dificuldades lógicas e em face, principalmente, da experiência histórica dos países envolvidos, parece claro que o Mercosul é um projeto que merece ser comemorado. Em apenas uma década de existência, produziu mais benefícios econômicos do que ônus e gerou mais expectativas positivas para as comunidades dos países-membros do que propriamente decepções.

Na verdade, a implementação do Mercosul ao longo da década de 90 é um caso exemplar de livro-texto, como se estuda em teoria do comércio internacional. Nesse caso, não podemos dispensar o paradigma de análise proposto por Jacob Viner (1950), segundo o qual a formação de uma união alfandegária é um caso típico de *second-best*, ou seja, tal arranjo gera benefícios e custos, não se podendo saber, *a priori*, portanto, qual será o resultado líquido do mesmo.

Os benefícios vêm na forma da chamada criação de comércio (*trade creation*), a qual é proporcionada pelo aumento do consumo que se verifica em decorrência da eliminação total ou parcial das tarifas de importação no comércio entre os países-membros. Em adição à expansão de consumo, ocorre também um incremento de renda real, graças à realocação da produção na área integrada: o aprofundamento da especialização produtiva entre países libera recursos produtivos que, até então, eram utilizados de forma menos eficiente, ou seja, a ampliação do comércio e da conseqüente especialização permite aos parceiros do processo que se exporte a eficiência interna e se substitua, internamente, a ineficiência por importações.

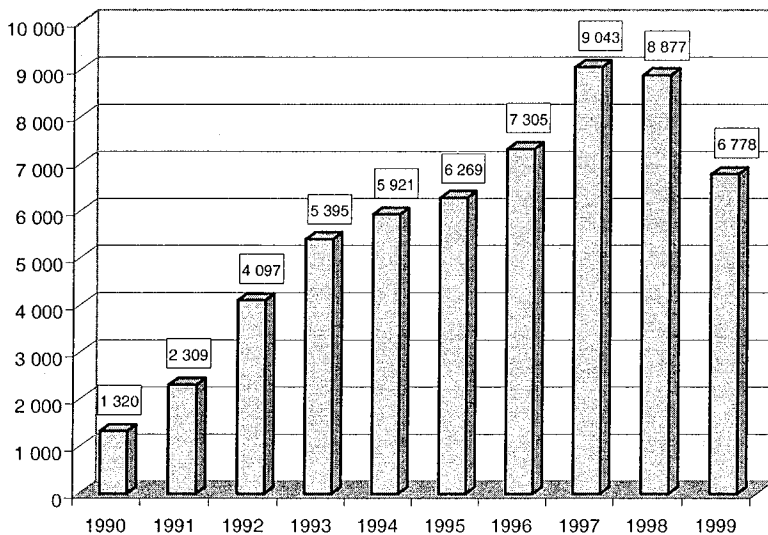
Embora tais efeitos de aumento da renda real (expressos graficamente nos triângulos referentes ao chamado excedente do consumidor e do produtor) tenham se revelado menores do que se imaginara inicialmente em trabalhos empíricos realizados para a União Européia, eles são importantes e devem ser considerados.

O exame do comércio intrabloco mostra uma verdadeira explosão no crescimento das exportações com o advento da integração. As exportações do Brasil e do Rio Grande do Sul para o Mercosul cresceram, no período 1990-99, a taxas anuais médias de, respectivamente, 20,2% e 22,9%. Em contrapartida, as exportações brasileiras e gaúchas para fora do bloco apresentaram taxas de crescimento de, respectivamente, 3,6% e 2,5% no período considerado.

Gráfico 1

Exportações do Brasil para o Mercosul — 1990-99

(US\$ milhões)



FONTE: SECEX/MDIC.

Entretanto, contrariamente ao que se esperaria teoricamente e ao que se verificou na experiência do Mercado Comum Europeu — no qual os países menores e mais abertos são os maiores beneficiários em termos da expansão do comércio —, no caso do Mercosul, foram justamente as maiores economias — o Brasil seguido da Argentina — as que tiveram o melhor desempenho no período considerado. Isso dá uma dimensão das dificuldades para se promover o desenvolvimento através do comércio em países pouco industrializados, cujas exportações são fortemente concentradas em uma ou duas *commodities* agrícolas. Em tais casos, a elasticidade-preço (e renda) da oferta de exportações tende, em geral, a ser muito baixa.³

A ampliação do comércio está ilustrada no Gráfico 2, correspondente aos índices de crescimento real das exportações, no qual se destaca, claramente, o avanço do Brasil seguido da Argentina.

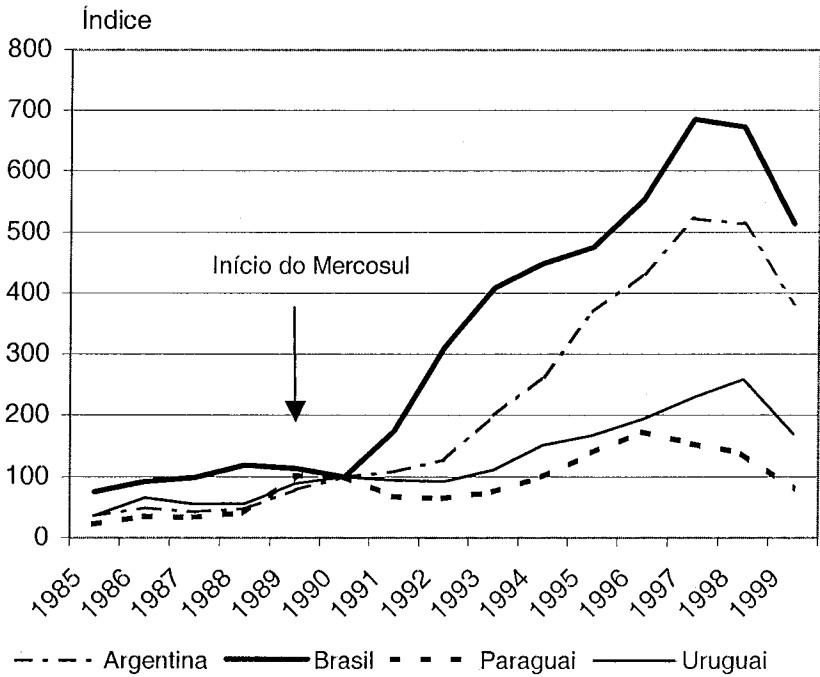
A evolução da renda real no bloco econômico em questão é apresentada no Gráfico 3, contendo as trajetórias do PIB *per capita* da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai ao longo do período 1985-99. Podemos observar que o início do Mercosul determina um visível ponto de inflexão nos índices referentes à Argentina e ao Uruguai, indicando que a formação do bloco implicou uma significativa alavancagem para a economia desses dois países, ou seja, eles foram “puxados”, via comércio, pela maior economia, no caso, o Brasil.

É importante ressaltar que esse fato vai ao encontro da teoria da integração econômica, segundo a qual o “país pequeno” tende a se beneficiar mais do que o “país grande”. No caso em questão, o impacto dos multiplicadores de renda da Argentina e do Uruguai sobre a renda brasileira são obviamente muito menores do que no caso inverso, em que as importações brasileiras produzem uma expansão na renda daqueles países. A exceção à regra está, justamente, no desempenho do Paraguai. Aqui, não há dúvida de que se apresenta um daqueles casos típicos das economias mais pobres e atrasadas, cuja renda não consegue convergir para a economia mundial ou, pior do que isso, para a taxa de crescimento de seus “parceiros naturais”.

³ O caso do Paraguai é mais grave, sendo similar ao que ocorre em um grande número de países africanos, onde o Estado é totalmente privatizado e o aparelho estatal é transformado em uma gigantesca máquina produtora de corrupção para atender aos interesses privados de um estamento burocrático e militar. Em tais casos, não há a geração adequada de sinais e de incentivos adequados ao funcionamento eficiente de uma economia de mercado, sendo o atraso e o subdesenvolvimento características virtualmente permanentes e irremovíveis.

Gráfico 2

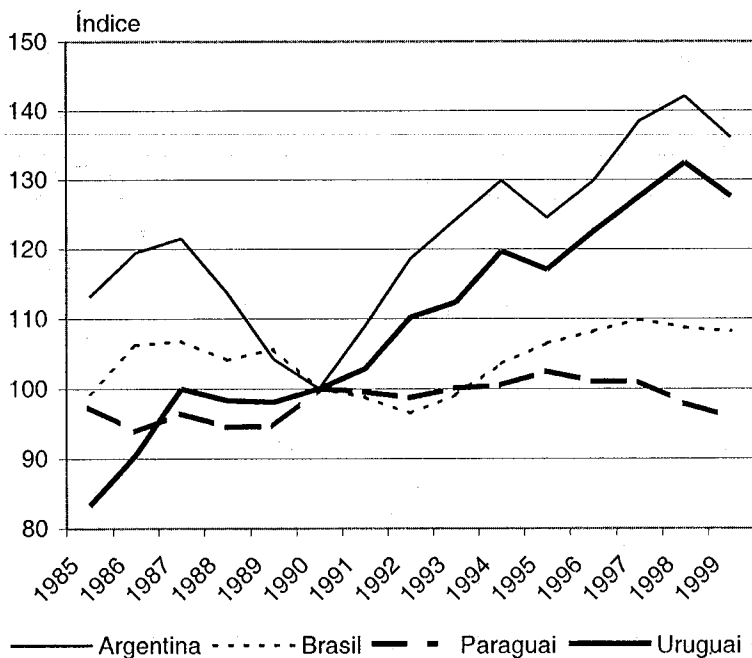
Exportações intrabloco do Mercosul — 1985-99



FONTE: FMI.

NOTA: Base fixa 1990 = 100.

Gráfico 3

Evolução do PIB *per capita* no Mercosul — 1985-99

FONTE: BID.

NOTA: Base fixa 1990 = 100.

Embora não se possa atribuir integralmente à expansão do comércio a melhoria do desempenho econômico dos países-membros, cabendo aos respectivos planos de estabilização um papel importante, o fato é que a ampliação do comércio intrabloco serviu como uma fonte de crescimento insubstituível, particularmente no que se refere à Argentina e ao Uruguai. Há que se considerar, ainda, o fato de que a própria formação do bloco foi um fator necessário para que as nações envolvidas fossem compelidas a se comprometerem com a estabilização de suas economias, após décadas de irresolução, terapias esdrúxulas ditas heterodoxas e, obviamente, planos fracassados.

Os custos da união alfandegária decorrem, de outra parte, do que Viner chamou de “desvio de comércio” (*trade diversion*). Isso ocorre quando os países integrantes do bloco recém-constituído expandem o comércio entre si em detrimento das transações com países mais eficientes, ou seja, ao aumentarem suas importações reciprocamente, os países-membros acabam substituindo fornecedores mais competitivos no plano internacional, os quais, todavia, estão localizados fora da área integrada. Esse tipo de ineficiência poderia, certamente, desaparecer se houvesse um movimento em direção a um acordo generalizado entre países, envolvendo rodadas tarifárias, ao invés da implementação de acordos preferenciais (PTAs) de caráter regional.

No caso do Mercosul, trabalhos de pesquisa efetuados pelo Banco Mundial⁴ indicam que os desvios de comércio decorrentes do processo de integração em questão não deveriam ser desconsiderados. O principal argumento nesse sentido é o de que os setores que experimentaram o maior crescimento do comércio intrabloco seriam relativamente intensivos em capital, justamente aqueles nos quais os países integrantes não teriam vantagens comparativas significativas no plano internacional.

Isso parece ter ocorrido de modo inequívoco com relação ao setor automotivo, onde as exportações entre o Brasil e a Argentina são reguladas através de um regime especial envolvendo quotas recíprocas. Tais quotas (que, no caso da Argentina, permitem a sobrevivência da sua produção de veículos) claramente acabaram substituindo importações provenientes de países mais eficientes. A questão consiste em saber se a presunção de que não temos vantagens comparativas nesse tipo de produto é correta. Na verdade, a localização de plantas para a produção de carros populares em países como o Brasil e México verifica-se justamente com o propósito de usufruir mão-de-obra barata; se isso é verdadeiro, podemos inferir que a produção de tais produtos é relativamente intensiva em trabalho ao invés de capital.

Com relação às conclusões a que chegaram esses estudos, cabem ainda outras considerações. A primeira delas consiste em chamar atenção para o fato de que o período focado em tais análises, em geral, abrange justamente a fase inicial da formação do bloco (1991-97), sendo a mesma quase coincidente com a própria abertura da economia brasileira a partir de 1990. É bastante provável que, passada uma década, os desvios de comércio tenham se reduzido. Assim, pelo menos no caso brasileiro, a pressão concorrencial trazida pela abertura da economia e a valorização do câmbio, certamente, causaram, ao

⁴ Ver a respeito o trabalho de Alexander Yeats (1997).

longo desse tempo, um significativo avanço no grau de eficiência produtiva das empresas. No caso da economia gaúcha, esse processo, que envolveu concentração industrial e, em consequência, o aumento das escalas de produção, foi bastante claro no segmento da metal-mecânica — particularmente, em material de transporte e de modo geral, em máquinas agrícolas, cutelaria e material elétrico.

A segunda consideração tem a ver com o fato de que os desvios de comércio tendem a ser menores nas situações em que o processo de integração econômica envolve os chamados “parceiros naturais”. Este parece ser o caso típico do Brasil e da Argentina, cujo volume de comércio, antes da formação do bloco, já era significativo relativamente às transações com terceiros países. Isso pode ser verificado através das relações envolvendo: (a) a participação das exportações argentinas no comércio brasileiro; e (b) a participação das exportações brasileiras no comércio argentino; tomadas essas relações antes e depois da formação do bloco econômico, para qualquer nível de agregação. Com esse propósito, podemos definir os seguintes parâmetros:

$\theta_{AR.MBR}$ = participação da Argentina no total das importações brasileiras;

$\theta_{BR.XMU}$ = participação do Brasil no total das exportações mundiais;

$\sigma_{AR.COMBR}$ = participação da Argentina no comércio brasileiro;

$\theta_{BR.MAR}$ = participação do Brasil no total das importações argentinas;

$\theta_{AR.XMUN}$ = participação da Argentina no total das exportações mundiais;

$\sigma_{BR.COMAR}$ = participação do Brasil no comércio argentino.

Definindo

$$\sigma_{AR.COMBR} = \theta_{AR.MBR} / \theta_{BR.XMUN}$$

e

$$\sigma_{BR.COMAR} = \theta_{BR.MAR} / \theta_{AR.XMUN}$$

construímos, para os anos de 1991 e 1999, a Tabela 1, contendo a medida de orientação locacional entre os países considerados.

Tabela 1

Orientação locacional do comércio Brasil-Argentina — 1991 e 1999

DISCRIMINAÇÃO	1991	1999
$\sigma_{AR.COMBR}$	10,14	15,89
$\sigma_{BR.COMAR}$	54,23	50,42

FONTES DOS DADOS BRUTOS: SECEX/MDIC.
FMI.

A interpretação do coeficiente $\sigma_{AR.COMBR}$ para 1991, por exemplo, é a de que a Argentina participa cerca de 10 vezes mais no comércio brasileiro do que este em nível mundial.

Os valores dos coeficientes para os referidos países indicam a importância do Mercosul e do mercado brasileiro para a Argentina e, em contrapartida, a redução da importância do mercado argentino para o Brasil ao longo da década passada, não obstante o significativo crescimento das exportações brasileiras para os demais países membros do bloco no período considerado.

A terceira consideração que julgamos importante fazer tem a ver com o fato de que a avaliação de Viner sobre os eventuais ganhos e custos da integração têm um caráter fundamentalmente estático, não levando em conta os ganhos dinâmicos decorrentes do processo de integração. Dentre eles, podemos destacar a eventual melhoria dos termos de intercâmbio frente a terceiros países e o processo contínuo de atração de novos parceiros para o bloco, fato este que possibilitará, dinamicamente, uma redução na magnitude dos desvios de comércio.

Mais importante, ainda, é o ganho dinâmico que ocorrerá se os países tiverem, entre suas metas nacionais estratégicas, não apenas a obtenção de ganhos de comércio, mas também objetivos não-econômicos⁵, como é o caso de um esforço para aumentar o grau de industrialização. No caso do Mercosul, os resultados foram bastante assimétricos, pois, com o crescimento do comércio e da especialização, apenas o Brasil e o Rio Grande do Sul aumentaram seu

⁵ Tomados aqui no sentido empregado por Bhagwati. Ver a esse respeito o Capítulo 28 do livro de Jagdish Bhagwati, Arvind Panagariya e T. N. Srinivasan (1998).

grau de industrialização, cabendo aos demais países a expansão e a modernização de seus respectivos setores agrícolas. Esse fato pode ser ilustrado com os dados acumulados da balança comercial do Rio Grande do Sul com o Mercosul no período 1992-00, conforme é apresentado na Tabela 2.

Tabela 2

Balança comercial, em valores acumulados, do Rio Grande do Sul
com o Mercosul — 1992-00

(US\$ milhões)

GÊNEROS INDUSTRIAIS	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	SALDOS
Minerais não-metálicos	84,1	73,8	10,3
Metalúrgica	672,6	133,5	539,1
Mecânica	1 316,1	418,5	897,6
Material elétrico	108,0	41,1	66,9
Material de transporte	820,9	849,0	-28,1
Madeira	32,8	108,2	-75,4
Mobiliário	268,5	15,3	253,2
Papel e papelão	189,6	85,1	104,6
Couros e peles	44,9	869,4	-824,4
Borracha	110,1	230,4	-120,3
Química	725,8	356,7	369,1
Plásticos	926,1	255,4	670,7
Têxtil	228,1	187,3	40,9
Vestuário	51,5	81,8	-30,3
Calçados	499,8	8,7	491,1
Produtos alimentares	158,7	861,8	-703,1
Bebidas	70,0	38,7	31,4
Fumo	294,9	43,4	251,5
Outros	118,4	90,1	28,3
Produtos industrializados	6 721,3	4 748,1	1 973,2
Produtos básicos	635,9	5 568,4	-4 932,5
Transações especiais	1,1	0,5	0,6
TOTAL GERAL	7 358,3	10 317,0	-2 958,7

FONTE: SECEX/MDIC.

Como podemos verificar, o déficit comercial acumulado, da ordem de US\$ 2,9 bilhões, incorrido pelo Rio Grande do Sul em relação ao Mercosul, no período considerado, deveu-se, fundamentalmente, aos produtos básicos, cujo saldo negativo atingiu US\$ 4,9 bilhões. Em contrapartida, o Estado foi superavitário no âmbito dos produtos industrializados, especialmente no que se refere ao complexo petroquímico e à metal-mecânica. Esse padrão de comércio, obviamente, contribuiu para o aumento de especialização da economia gaúcha na atividade industrial. E, o que é mais importante, essa especialização ocorreu nos segmentos mais modernos da estrutura industrial em detrimento dos setores tradicionais.

Finalmente, também é importante chamar atenção para um outro tipo de ganho dinâmico decorrente da integração econômica, o qual consiste na atração de investimentos externos diretos para dentro do bloco. A razão de ser de tais investimentos centra-se na possibilidade de obtenção de ganhos de escala no mercado ampliado, evitando-se, ao mesmo tempo, a barreira estabelecida pela Tarifa Externa Comum (TEC). Nesse sentido, parece não haver dúvida de que os investimentos das montadoras de veículos no Paraná e os da GM, da Navistar e da Dell no Rio Grande do Sul cumprem tal finalidade.

3 - As dores do crescimento e seus impasses

A evolução do Mercosul no período 1991-98 é uma história de relativo sucesso, especialmente quando comparamos seus resultados com os que foram obtidos pela antiga ALALC nas décadas de 60 e 70 e pela ALADI na década de 80. Entretanto, como é inevitável nos processos de formação de blocos econômicos, os ganhos sucessivos, decorrentes da integração, tendem a ser assintoticamente decrescentes à medida que um determinado estágio esgota suas possibilidades: da área de livre-comércio deve-se passar para a união aduaneira e desta para o mercado comum, até o estabelecimento da moeda comum na fase mais avançada da união econômica. No caso do Mercosul, há sinais de que os ganhos de comércio decorrentes da união aduaneira, envolvendo Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, começam a esgotar-se (principalmente para o nosso país).

Naturalmente, essa seqüência envolve uma crescente perda de graus de liberdade em termos das políticas econômicas internas que os países-membros podem estabelecer. Mais ainda, as nações envolvidas devem estar dispostas a pagarem o preço da homogeneização institucional, social e cultural que processos dessa natureza inevitavelmente implicam. Até onde a Argentina e o Uruguai poderiam ir no sentido da formação de um mercado comum, aceitando, por

exemplo, que o excedente das forças de trabalho brasileira e paraguaia pudessem preencher os espaços vazios do norte uruguaio e da Patagônia?

A par dessas questões que envolvem as identidades nacionais, há que se considerar, ainda, dois problemas mais concretos no plano econômico. O primeiro deles consiste no fato de que, contrariamente ao que se verificou com o Brasil, a Argentina sofreu uma involução em sua estrutura industrial nas últimas três ou quatro décadas. Em face disso, a Tarifa Externa Comum, que garantiria a defesa e o alargamento da matriz industrial Argentina, certamente é maior do que aquela que seria suficiente para a indústria brasileira nos dias atuais.

O segundo problema cuja solução é aparentemente muito mais fácil de implementar tem a ver com o fato de que Argentina e Brasil passaram a ter, a partir de janeiro de 1999, regimes cambiais radicalmente distintos e inconciliáveis: o *currency board* portenho *versus* o nosso câmbio flutuante. A experiência da Comunidade Econômica Européia no período que seguiu à derrocada do sistema de Bretton Woods em 1972 é ilustrativa a esse respeito. Para a sobrevivência do bloco, não houve outra alternativa senão a criação do que ficou conhecido como o Sistema Monetário Europeu (EMU) de bandas cambiais flutuantes.

Para contornar os dois obstáculos citados — os quais atingem, em maior grau, a economia argentina e, em menor grau, a uruguaia —, haveria, em primeiro lugar, a alternativa de manter o Mercosul como uma união aduaneira incompleta, seja através da permissão para que a Argentina desfrutasse de regimes especiais em setores industriais específicos (protegendo da concorrência brasileira os bens duráveis de consumo e os produtos intermediários), seja através de tarifas externas diferentes da TEC praticada pelo Brasil. De qualquer forma, tais providências implicariam um passo atrás na formação do bloco econômico.

Em segundo lugar, o problema da assimetria dos regimes cambiais poderia ser equacionado através de uma moeda comum ou de uma paridade rígida entre pesos e reais, que flutuaria em relação a uma cesta de moedas, envolvendo o dólar norte-americano, o euro e, provavelmente, o yen japonês. Parece ser isso que Domingo Cavallo tem em mente como uma alternativa para o *currency board* argentino. O problema consiste em convencer o Brasil a aceitar, novamente, um regime de taxas cambiais fixas, justamente depois que já passamos pela amarga experiência da desvalorização forçada de janeiro de 1999, aceitando nosso abrupto empobrecimento. E, principalmente, porque as seqüelas já foram quase totalmente absorvidas e superadas.

Diante do exposto, parece claro o impasse trazido pelas assimetrias hoje existentes no âmbito de nosso Cone Sul. Hoje o Mercosul representa, de um lado, um terrível problema de sobrevivência econômica para a Argentina e, de outro, apenas um sério problema de natureza geopolítica para o Brasil. O Brasil

pode relutar, pode postergar, pode esperar; a Argentina deve agir, deve decidir, deve correr para longe de seu passado recente.

Com relação a todos os problemas citados, não há dúvida de que as realidades nacionais e as percepções dos *policy-makers* quanto ao que é necessário fazer são significativamente distintas, implicando uma cumulação progressiva de impasses e de desconfianças. Em tais circunstâncias, há uma regra válida para todas as sociedades humanas, segundo a qual se gera mais desesperança e rancor entre aqueles que perderam no processo e, paulatinamente, ao longo do tempo.

4 - De volta para o futuro comum

A conclusão a que se chega é a de que, diante de tantas diferenças, é necessário que se encontre um terreno comum para brasileiros e argentinos, colocando o estágio atual do Mercosul como uma regra de mínimos, a partir da qual se pode construir um novo projeto mais ambicioso. Parece ser mais ou menos isso que está contido nas palavras do atual Ministro da Economia da Argentina, Domingos Cavallo, quando ele diz que o Mercosul deveria voltar a ser uma área de livre-comércio, em que cada um dos países-membros pode fixar suas próprias tarifas de importação em relação a terceiros países.

A nosso juízo, o projeto maior que pode unir os interesses dos latino-americanos do Cone Sul reside na ALCA, desde as negociações até a implementação final do novo bloco a partir de 2005. Essa conclusão decorre de um fato muito simples: é na ALCA que ainda é possível fazer uma área de livre-comércio incompleta, estipulando regimes especiais para os setores sensíveis do Mercosul em relação à economia norte-americana. É no âmbito da ALCA que os significativos ganhos de comércio a serem extraídos da maior e mais eficiente economia do mundo podem ser capazes de compensar-nos (a nós do Cone Sul) com um maior grau de especialização em produtos intensivos em recursos naturais e em trabalho. É na ALCA que poderemos tirar melhor partido em nossas negociações com a União Européia, com o Japão e com a China. Mas, enfim, a ALCA é outra longa história.

Bibliografia

- BHAGWATI, Jagdish, ed. (1999). **Trading blocs: alternative approaches to analysing preferential trade agreements.** The MIT Press.
- BHAGWATI, Jagdish, PANAGARIYA, Arvind, SRINIVASAN, T. N. (1998). **Lectures on international trade.** 2 ed. The MIT Press.
- KEMP, Murray, WAN, Henry (1988). An elementary proposition concerning the formation of custom unions. In: BHAGWATI, Jagdish, ed. **International trade: selected readings.** The MIT Press.
- LIPSEY, Richard (1988). The theory of custom unions: a general survey. In: BHAGWATI, Jagdish, ed. **International trade: selected readings.** The MIT Press.
- THORVALDUR, Gylfason (1999). **Principles of economic growth.** Oxford University Press.
- VINER, Jacob (1950). **The custom union issue.** Carnegie Endowment for International Peace.
- YEATS, Alexander (1997). **Does Mercosur's trade performance raise concerns about the effects of regional trade arrangements?** The World Bank. Working Paper n.1729.